I Simpósio Regional da Amazônia Ocidental em Saúde Coletiva, Única e Pública

SIM AMO SAÚDE

TRANSEXUALIDADE E SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A QUESTÃO DO ACESSO E O CUIDADO INTEGRAL NO SÉCULO XXI

I Simpósio Regional da Amazônia Ocidental em Saúde Coletiva, 1ª edição, de 26/04/2023 a 28/04/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-028-1

SANTOS; Julio César Abreu dos [1], GUEDES; Adriano Kemmerich [2], ABREU; Camila dos Santos [3], ALENCAR; Ítalo Ferracini de [4], SANTOS; Alcione Oliveira dos [5]

RESUMO

Introdução: Antes do processo de invasão e pilhamento do território brasileiro pelos europeus, havia uma diversidade de povos residindo no país e cada um deles vivia uma dinâmica cultural complexa e distinta. A sexualidade era vivenciada de forma muito diversa, a qual discrepava do padrão hegemônico presente no Ocidente e foi por muito tempo silenciada. Concomitantemente, o acesso aos serviços de saúde no Brasil foi marcado pela excludência comunitária desde a sua gênese, sendo acessada principalmente pela elite econômica, e, mesmo após a criação do Sistema Único de Saúde, barreiras institucionais e sociais (biopoder) continuaram a afastar determinados públicos desses espaços, principalmente envolvendo as interseccionalidades de classe, gênero e raça e de forma mais contundente a população transexual. **Objetivo:** Avaliar o acesso da população transexual ao sistema de saúde brasileiro no século XXI. **Métodos:** O modelo adotado foi uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. Para isso, a seleção dos artigos científicos, base para o desenvolvimento do estudo, foi feita por meio da plataforma de busca *Scientific Electronic Library Online (SciELO*) e incluiu-se produções científicas produzidas em língua portuguesa e/ou língua inglesa entre 2019 e 2022, levando em consideração apenas os artigos com elevada relevância para a discussão. **Resultados:** A partir dos dados levantados, observou-se que uma série de fatores dificulta o acesso dos indivíduos transexuais aos serviços de saúde tanto no âmbito institucional quanto moral. Em 2011, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT e, em 2013, foi ampliado o Processo Transexualizador no SUS, porém apenas recentemente transexualidade deixou de ser considerada uma patologia mental na Classificação Internacional de Doenças (CID-11) e atingiu o caráter de “incongruência”. Outrossim, ela ainda é tratada no seu aspecto patológico por muitos profissionais e isso se perfaz em um acolhimento muitas vezes inadequado, com desrespeito ao nome social,

[1] Centro Universitário Aparício Carvalho, julioabreuu@outlook.com.br
[2] Centro Universitário Aparício Carvalho, ADRIANOGUEDESRO@GMAIL.COM
[3] Centro Universitário Aparício Carvalho, camilaabreu27@yahoo.com
[4] Centro Universitário Aparício Carvalho, italoferracini212@gmail.com
[5] Centro Universitário Aparício Carvalho, alcione.m@hotmail.com

constrangimento e julgamento moral, o que afasta esses indivíduos dos estabelecimentos de saúde. Além disso, acrescenta-se a falta de qualificação destes trabalhadores para responder as demandas específicas desse público, principalmente aos pacientes que passaram por intervenções cirúrgicas e hormonais, e a escassez de recursos voltados especialmente para o atendimento das especificidades dessa parcela social. **Conclusão:** Dessa forma, a ausência de redes oficiais de referência e contrarreferência entre atenção primária e o processo transexualizador atuam como limitadores do acesso à saúde a população transexual para o acompanhamento contínuo e integral proposto pelo SUS.

PALAVRAS-CHAVE: transexualidade, integralidade, sistema de saúde

[1] Centro Universitário Aparício Carvalho, julioabreuu@outlook.com.br
[2] Centro Universitário Aparício Carvalho, ADRIANOGUEDESRO@GMAIL.COM
[3] Centro Universitário Aparício Carvalho, camilaabreu27@yahoo.com
[4] Centro Universitário Aparício Carvalho, italoferracini212@gmail.com
[5] Centro Universitário Aparício Carvalho, alcione.m@hotmail.com